

INDÚSTRIA MINEIRA E PAULISTA NA DÉCADA DE 1930: CONCENTRAÇÃO COM INTEGRAÇÃO

Michel Deliberali Marson*

Tatiana Pedro Colla Belanga**

Resumo:

O propósito deste trabalho é mostrar como se dá esta integração da indústria mineira e paulista no contexto de concentração industrial no Estado de São Paulo que se configurava na década de 1930, que, no período, possuía o maior e mais representativo complexo industrial do país. Os resultados obtidos confirmam a existência de um crescimento e diversificação produtiva da indústria em São Paulo e sua ligação direta com a indústria extrativa e siderúrgica em Minas Gerais.

Palavras-chave: integração industrial, anos 1930, industrialização, siderurgia e metalurgia, Minas Gerais e São Paulo.

Abstract:

The purpose of this work is to contribute to the understanding of how the integration of the industries from Minas Gerais and São Paulo in the context of the Industrial concentration during the 1930 decade, which in this period had the largest and most representative manufacturing sector of Brazil. The results come to confirm that there was growth and diversification of the manufacturing sector during this period in São Paulo. This growth was basically due to its intense connection to the extractive and steel engraving activities in Minas Gerais.

Key-words: Industrial integration, 1930's, industrialization, steel engraving and metallurgic sectors and Minas Gerais e São Paulo.

*Mestrando em Desenvolvimento Econômico – História Econômica - UNICAMP

**Mestre em Economia com especialização em História Econômica – UNESP, Doutoranda em Economia Aplicada – História Econômica - UNICAMP

Introdução

A integração econômica significativa do mercado interno brasileiro é relativamente tardia no que diz respeito ao desenvolvimento histórico do país. Ela vem a ampliar-se de modo mais satisfatório com a implantação da infra-estrutura de transporte rodoviário pós década de 1950. Já na década de 1930 com o fortalecimento do investimento do Estado na economia, principalmente em áreas de infra-estrutura como, por exemplo, transporte e geração de energia elétrica, o mercado nacional intensifica o processo de integração.

Antes da década de 1930 a indústria nacional era, quase que completamente, composta por “ilhas” isoladas, onde a integração dos mercados quando acontecia era apenas a nível regional. Outro fator que favoreceu a integração da economia nacional foi a crise de 1929 e da Grande Depressão, com o deslocamento do eixo dinâmico da economia do mercado externo para o mercado interno. Com a crise e consequentemente com a redução instantânea do comércio internacional a economia brasileira impulsionada por políticas econômicas expansivas que caracterizaram a recuperação mais rápida relativamente aos países desenvolvidos, forçaram o desenvolvimento do mercado interno e consequentemente sua integração. Esta integração não foi rápida e muito menos homogênea dentre as regiões do país, isto facilmente explicado pela extensão territorial do país e pela caracterização da formação específica do capitalismo neste território.

A concentração de capitais na região Sudeste, devido a formação do complexo cafeeiro agrário exportador, explica todo o desenvolvimento industrial no século XX. Dentro da configuração deste capitalismo que concentra capitais para a geração de economias externas visando seu próprio desenvolvimento acabou por gerar dentre as regiões brasileiras enormes disparidades de desenvolvimento econômico e social.

Dentro da região Sudeste também existem disparidades, a formação da economia agrário exportadora não foi homogênea. As áreas fluminense e mineira, pioneiras na implantação da economia cafeeira tiveram um desenvolvimento diferenciado da economia paulista. Nesta última onde as características do solo e os benefícios do desenvolvimento posterior, na qual elimina algumas etapas do processo de aprendizado sobre a cultura, houve a possibilidade de maior intensidade de capital o qual especificou as relações capitalistas nesta região, tornando as mais avançadas do país. Esta caracterização possibilitou à economia paulista a se tornar o centro dinâmico da economia brasileira, sendo responsável por uma impulsão do crescimento econômico das outras regiões, ou seja, da “periferia nacional”, por ser o maior mercado do país. Portanto “desde a década de 1930, a acumulação de capital, com o comando a partir de São Paulo, estava integrando o mercado nacional, condicionando-o, portanto, a uma

complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação de capital daquele centro dominante.” (CANO, 1985, p.26).

Esta definição do Estado de São Paulo como a “locomotiva” do país é mais do que ressaltada em vários estudos econômicos e principalmente da dinâmica industrial. Mas para ser a “locomotiva” do Brasil, São Paulo necessitava de “trilhos” fortes e é neste contexto que entra a economia mineira e o desenvolvimento da sua indústria de bens intermediários (siderurgia e metalurgia). É preciso notar, entretanto, que a economia mineira está inserida em um contexto específico de desenvolvimento industrial: abastecer a indústria paulista de matérias-primas (ferro, aço manufaturados, etc.) necessárias para manter e ampliar o desenvolvimento industrial paulista.

O objetivo deste trabalho é mostrar como se dá esta integração da indústria de produção no contexto de concentração industrial no Estado de São Paulo que se configurava. A crescente diversificação da indústria paulista já na década de 1930 produzindo máquinas e equipamentos para a lavoura e a indústria, assim como instrumentos para o reparo das ferrovias, aumentava a necessidade deste Estado pela oferta metalúrgica e siderúrgica que como mostraremos neste trabalho, em parte foi sanada pela indústria de bens intermediários mineira devido a impossibilidade de fornecimento via mercado externo diante diminuição do comércio internacional pós crise de 1929 e com a concretização do fechamento deste mercado pela Segunda Guerra Mundial.

O Estado de Minas Gerais que antes era impossibilitado de manufaturar o minério devido a concorrência do produto estrangeiro, processado em melhores condições do que o mineiro acabava exportando o minério para o mercado externo, passou a manufaturar minério (fortemente evidenciado pela fundação e ampliação de siderurgias durante a década de 1930) para o mercado interno, principalmente para São Paulo, devido ao relativo desenvolvimento industrial neste estado e sua crescente urbanização.

Imperialismo interno paulista ou integração industrial?

Antes de entrarmos na questão de integração das economias mineiras e paulistas é interessante atentar para uma pergunta: O Estado de São Paulo se desenvolveu a custa dos outros Estados? Esta pergunta aparentemente simples é complexa de ser respondida, até por motivação política ideológica que a circunda.

A noção de imperialismo interno paulista é a internalização da idéia cepalina de Centro-Periferia para os mercados regionais, na qual o Centro, neste caso o estado paulista atua como canalizador de recursos econômicos em detrimento à outros estados. A questão não é tratada de forma homogênea, o que constitui várias variantes para a resposta da questão. Em seu trabalho *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*, de 1985, Wilson Cano aborda quatro argumentos principais na qual o seu esclarecimento desqualifica o que ele chama de “mito do imperialismo paulista sanguessuga”.

Os dois primeiros e de maior simplicidade em se refutar, segundo o autor, pelo simples exame de informações estatísticas, trata-se da transferência de recursos líquidos do sistema bancário nacional para o sistema bancário paulista. Sobre tal afirma que recursos de divisas da periferia nacional eram usados para pagar o déficit externo paulista, sendo que a compensação de recursos se dava através do comércio intra-regional.

Ou seja, o primeiro argumento é que a transferência dos recursos monetário e creditício para o centro dominante. Um exame das relações “empréstimos/depósitos” desqualifica este argumento. O segundo diz que o resultado do superávit do comércio internacional era gerado pela balança comercial da periferia que cobria o déficit da balança comercial paulista com o exterior. A periferia, portanto pagaria pelo déficit paulista. Um exame estatístico simples mostra que no período abordado neste trabalho, o Estado de São Paulo nunca obteve déficit comercial com os países estrangeiros, sendo possível desqualificar o argumento. (ver Cano, 1985, p.35). O terceiro e o quarto argumento descrito por Wilson Cano são mais complexos de análise. O terceiro é que os efeitos do comércio exterior e do comércio inter-regional podem causar perdas ou ganhos a uma região, através de níveis da taxa cambial, de tarifas e do nível interno e externo dos preços e o quarto é que São Paulo cresceu à custa do excedente periférico.

Antes de mais nada é importante ressaltar que o tratamento da questão Centro-Periferia é muito mais complexo internamente do que como faz a análise Cepalina de nações. A análise interna tem que distinguir de que dentre uma região e outra a política cambial, tarifária em tese é a mesma. Mas a problemática da questão está aí: as políticas cambial e tarifária não são necessariamente a mesma para cada região se levarmos em consideração a especialização de regiões por mercadorias produzidas. No período aqui estudado as políticas cambial e tarifária e a

diminuição do comércio internacional devido à crise de 1929 favoreceram a produção de bens produzidos na região paulista, pelo aumento do preço interno de seus produtos industriais.

Wilson Cano tenta desqualificar este argumento afirmando que os efeitos destes preços mais altos recaia sobre todos os consumidores nacionais e não apenas sobre os residentes na periferia pouco industrializada. Esta afirmação é correta, mas incompleta. Tem o outro lado da moeda. Uma parte destes consumidores são produtores e na análise do bem estar geral a faceta social que produz bens industriais que são desestimulados a importar por barreiras sejam elas de natureza política como tarifas e câmbio diferentes para determinados produtos ou de natureza anti-comercial como o caso da crise de 1929, são favorecidos, ou seja os produtores paulistas tiveram um ganho de bem estar em detrimento à periferia nacional. Outra questão ainda mais complexa é que este favorecimento foi ou não de forma intencional. Nem todas as políticas econômicas neste período foram direcionadas ao favorecimento de uma determinada classe social ou neste caso regional, mas direcionada ao fortalecimento do país diante da crise internacional.

Até agora analisamos a questão do ponto de vista econômico global. Particularmente quanto à economia mineira como um todo parece que o crescimento industrial paulista na década de 1930 prejudicou ainda mais a debilitada economia mineira, que com a crise de 1929 entra em crise generalizada devido a redução das exportações de café, que resulta em crise da dívida pública do estado, pela queda da arrecadação fiscal. Segundo Clélio Diniz “essa situação de crise, conjugada ao crescimento industrial de São Paulo e à expansão das fronteiras agrícolas em direção ao Paraná e a Goiás, reforçou o movimento migratório do Estado”(DINIZ, C.C., 1993, p.81). Mas, dentro deste contexto de crise, um setor se destacava pelo bom desempenho econômico e de fixação do mineiro em seu território: a indústria siderúrgica. Segundo Américo Gianetti, um importante representante contemporâneo da classe industrial siderúrgica mineira, “a indústria siderúrgica mineira é o maior fixador do homem em seu território, agente sob a ação do qual se transformou a desolação do passado em um esplêndido renascimento.”(GIANETTI, 1940).

Entre 1919 e 1939 houve uma grande expansão da indústria em Minas Gerais. A taxa média anual de crescimento real da indústria mineira neste período foi de 7,5%, a maior do país, acima da média paulista de 7% anual no mesmo período e da média do país de 5,7%. Este crescimento foi ainda mais expressivo no grupo de indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários, ou seja, minerais não metálicos, metalurgia, etc., sendo o crescimento industrial mineiro neste grupo de 13,3% anual entre 1919 a 1939, muito acima da taxa média anual para o país de 7% e a paulista de 7,7%.(ver Cano, 1985, tabelas 3 e 3^A, p.85 e 86). Esta

expansão no crescimento refletiu na alteração relativa da indústria mineira neste grupo. “A maior mudança dera-se em Minas Gerais, onde este grupo, graças a expansão metalúrgica, passou de 15,5% em 1919 para 44,7% em 1939.”(Cano, 1985, p.80). Mas o que explica este surto de crescimento industrial mineiro, principalmente na indústria de bens intermediários? Este crescimento tem que ser visto diante da dinâmica industrial que se configurava no país e da diversificação industrial paulista. São Paulo era o centro dinâmico industrial do país com a maior diversificação de plantas industriais e com uma séria carência de bens intermediários diante de sua demanda. Portanto,

“[...] em que pese esse enorme avanço paulista, a periferia nacional continuaria a crescer. A maioria, entretanto, a ritmo moderado. Minas Gerais ampliava sua integração com suas exportações de gêneros alimentícios e gado vivo para o mercado interno e, principalmente, de seus produtos metalúrgicos primários. Com isto, foi quem mais cresceu, depois de São Paulo.”(Cano, 1985, p.70).

A integração industrial com São Paulo é a resposta a ampliação industrial metalúrgica mineira e esta integração na cadeia industrial parece ser exceção a regra, ou seja

“apenas Minas Gerais pôde, graças à sua maior integração com a economia paulista, acompanhar de perto o crescimento de São Paulo. Foi o único estado – exclusive São Paulo – que aumentou sua participação na produção industrial brasileira passando, no mesmo período, de 4,4% para 6,6%”(Cano, 1985, p.71).

Não apenas a proximidade da região dinâmica industrial do país foi que favoreceu o crescimento industrial mineiro, mas é certo que foi importante, pois a “dinâmica regional geralmente transcende as fronteiras territoriais estaduais e até nacionais, movidas pelas dinâmicas áreas de influência [...]” (ROCHEFORT, 1998), mas também devido a ser fornecedor direto de produtos metalúrgicos, indispensáveis para o desenvolvimento da indústria paulista.

Minas Gerais e a industrialização na década de 1930: exportação de minérios e expansão siderúrgica¹

Desde o começo do século XX o mundo industrializado se preocupa com a escassez das jazidas de reserva de minério de ferro, matéria-prima indispensável para a manutenção do desenvolvimento industrial. Por volta de 1910 realizou-se em Estocolmo um congresso onde este tema foi o principal debate e conclui-se que diante da preocupação da falta do minério, além das reservas conhecidas havia outras que ainda não se configuravam nas estatísticas oficiais.

No começo do século já se tinha conhecimento das grandes reservas de minérios brasileiras e segundo as estatísticas de Khun, mundialmente conhecidas, o Brasil detinha 23% das reservas de minério de ferro do mundo. A localização destas jazidas se situava principalmente no Estado de Minas Gerais e mais especificamente no Vale do Rio Doce. É neste contexto que se trava o que ficou conhecido como caso da “concessão da Itabira Iron”.

De 1910 a 1915 uma onda de aquisições de terras, com grandes jazidas de ferro no Vale do Rio Doce foi feita por estrangeiros entre os quais Sir Ernest Cassel, Baring Bros e Sir Alexander Henderson, formando um grupo inglês, associado a The Itabira Ore Company Limited, que comprou os depósitos de Itabira do Mato Dentro. O Sindicato também adquiriu o controle das ações da Estrada de Ferro Vitória a Minas, estrada que corta o Vale do Rio Doce, ligando-o com o litoral do Espírito Santo. Em 1918, as jazidas do Sindicato foram vendidas à British Ironmasters Dorman, Long & Co. Ltd., ao Lloyds Bank e Lord Inverforth, que incumbiram ao sr. Percival Farquhar de organizar nos Estados Unidos um grupo financeiro capaz de concretizar o projeto de exploração das minas e a construção de uma estrada de ferro adequada ao transporte do minério de ferro.

Em 1920 foi elaborado um contrato com a União, que continha em linhas gerais a construção da estrada de ferro industrial em condições técnicas que permitiam o transporte do minério em trens pesados. Quando terminasse a construção da via férrea a empresa construiria uma usina siderúrgica moderna que utilizando-se da matéria prima de suas jazidas, importaria do exterior, na viagem de volta de seus próprios navios, o coque necessário aos seus altos fornos. Este contrato com a União dependia de um segundo contrato assinado com Minas Gerais para ser concretizado, o que apenas aconteceu em 1928.

Vários foram os motivos para este adiamento. Os efeitos do grande empreendimento da Itabira Iron seriam graves tanto para os proprietários de depósitos de ferro que, como da Itabira, tinham a intenção de exportar minérios, devido ao monopólio da única via de escoamento do

¹ As informações primárias contidas nesta seção foram baseadas em artigos do “*O Observador Econômico e Financeiro*” com os títulos “Itabira Iron Ore”, n. XVII de 1937 e em “A Companhia Vale do Rio Doce” e “A Iniciativa privada na Siderúrgica”, n. XCIII de 1943.

produto para o litoral, como para as pequenas usinas siderúrgicas já instaladas em solo mineiro. Devido ao aumento da concorrência, não apenas pela usina que a Itabira iria construir mas também pelo melhora no sistema de transporte.

Isto é explicável porque estas usinas em sua maioria produziam em condições mais custosas do que as feitas pelo produto importado, que com isto dominava o mercado nacional. Os consumidores destas usinas eram regionais e uma melhora no sistema de transporte traria o produto importado de melhor qualidade e menor custo para as regiões nas quais estas usinas dominavam o mercado. Assim “a crescente interligação ferroviária de Minas com o litoral ia destruindo as condições que tinham preservado a manufatura de ferro, em bases artesanais, no interior do Estado.” (SINGER, P., 1968, p.236). Outros interesses fora de Minas Gerais seriam afetados como os das empresas carboníferas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que temiam a concorrência pela venda de carvão estrangeiro pela Itabira, na volta de seus navios com estes produtos.

Dentro do governo de Minas Gerais, de Arthur Bernardes, autor da célebre frase de que “minério não dá duas safras” até a administração de Raul Soares (1922-1926), que achava o contrato da Itabira um verdadeiro “monopólio”, que fecharia a entrada e saída de minério estadual pelos trens da Itabira Iron, “a qual nem sequer teria a obrigação de transportar minérios alheios”, o contrato não foi aprovado por ferir interesses dos mineiros.

No governo de Antonio Carlos, a partir de 1927, esta questão torna rumos diferentes. Em informações prestadas à Câmara dos Deputados em 5 de novembro de 1927 ele descreve que “o problema da siderurgia é mais nacional do que regional, de modo que os interesses particulares devem, aí, ceder passo aos gerais” e que as empresas constituídas para a exploração das minas para a construção e exploração das usinas siderúrgicas deveriam ser nacionalizadas. Também, a Companhia Itabira, deviria obrigar-se a transportar em seus trens em qualquer parte do trajeto de Itabira do Mato Dentro até o litoral no Espírito Santo o minério de terceiros, com igualdade de tarifas e condições com os seus. Estava assim selado o contrato da Companhia Itabira com o governo do Estado de Minas em 7 de dezembro de 1927.

A crise econômica internacional de 1929 adiou os planos de lançamento de subscrição da companhia no mercado internacional o que fez com que o início das construções fosse retardado e como existia prazo para o início das obras junto ao governo esta teve que pagar multa por não começar a operar. Com a revolução de 1930 a constituição da obra ficou mais difícil. O projeto chegou a ser debatido ainda pelo Conselho Nacional de Siderurgia organizado em 1932 e, seis anos mais tarde, no Conselho Técnico de Economia e Finanças, mas o problema do ferro estava

sendo encarado de maneira mais prática pelos governantes e as conclusões foram contrárias ao contrato.

A Companhia Itabira é apenas uma parte da história da siderurgia mineira. A região central de Minas, mais especificamente a região conhecida como ‘Quadrilátero Mineiro’, entre a prematura Belo Horizonte, Entre Rios, Mariana e Itabira do Mato Dentro, desde o final do século XIX foi pioneira na manufatura de minério de ferro impulsionada pela matéria prima localizada na região. Já em 1891 era fundada a Usina Queiroz Junior Ltda, situada em Esperança, município de Itabira pioneira na industrialização de ferro, especialmente ferro gusa e em 1893 a Usina Wigg S.A. já operava em Ouro Preto. Mas foi apenas depois da Primeira Grande Guerra que o assunto de produção nacional de ferro começou a preocupar. A partir de 1919 a economia brasileira toma novos rumos. A guerra, com o fechamento dos mercados externos, havia criado possibilidades para a indústria nacional ampliar seu campo de ação. O mercado interno tinha crescido e com ele a necessidade de produtos derivados do ferro. Ao invés de continuarmos a enviar para o estrangeiro o minério, íamos industrializa-lo também aqui em maior quantidade. Em 1917 foi o ponto de partida desta mudança quando um grupo de engenheiros e capitalistas brasileiros, tendo a frente Cristiano Teixeira Guimarães fundam a Companhia Siderúrgica Mineira. Com a entrada da ARBED na qualidade de acionista o capital da empresa foi muito ampliado. Em 1921 a empresa começa a operar em Sabará, como Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira um alto forno para a fabricação de ferro gusa. Ela se tornaria o maior complexo siderúrgico, operando com usinas integradas, que trabalha com carvão vegetal da América Latina. Em 1928 a empresa possuía dois altos fornos para a fabricação de gusa, dois fornos de aço e um laminador e com o melhoramentos técnicos no processo de produção esta sempre crescia. Também em 1921 foi fundada a Usina Siderúrgica de Gagé Ltda, no município de Conselheiro Lafaeite, que na década de 1940 passaria a ser explorada através de arrendamento pela Usina Queiroz Junior Ltda e em 1925 era fundada a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas, usina de Morro Grande em Santa Barbara.

Mas o grande surto da siderurgia se dá na década de 1930, desse modo,

“após 1930 a siderurgia, como todas as atividades produtoras e industriais do Brasil, sofreu um grande surto; novas diretrizes políticas econômicas impostas ao país concorreram de modo definitivo para que fosse assegurada uma maior afluência de interesses com novas e mais positivas garantias para a iniciativa privada.” (O OBSERVADOR – XCIII, 1943, p.108).

O mundo estava mudando e com ele todo um sistema econômico e político se configurava. O país necessitava de desenvolvimento e era claro que diante do antigo contexto econômico e político este desenvolvimento não era mais possível. Era necessário deixar de ver as

coisas acontecerem imaginando que assim tudo se arrumaria em favor à um grande destino e fazer o destino do país por ele mesmo e para isto era necessário um produto indispensável: o aço e o ferro. Assim,

“enquanto a nação se debatia na busca de soluções para o problema do aço, em Minas Gerais ia se constituindo um importante parque siderúrgico, à base de carvão vegetal. A produção de ferro gusa, estimada em menos de 2 mil toneladas em 1920, subiu para 31 mil toneladas em 1925, alcançando 159 mil toneladas em 1940. A de aço, que era inexistente em 1920, atingiu 26 mil toneladas em 1932 e 85 mil toneladas em 1940. Como resultado a participação do ramo metalúrgico subiu de 2 para 24% no valor da produção industrial mineira entre 1919 e 1939, e no capital, de 4 para 36%.” (DINIZ, C.C., 1993, p.83).

Mas o que explica este rápido desenvolvimento no período? Uma explicação do que impedia o maior desenvolvimento da siderurgia mineira dá a resposta:

“apesar da abundância da matéria-prima, é a limitação do mercado, que deve ter constituído o principal obstáculo ao emprego de uma tecnologia tipicamente industrial. Minas sequer dispunha de bons meios de comunicação com o litoral, particularmente com a Corte, decerto o mais importante mercado do país [até 1920, sendo após este período o estado paulista], além da concorrência que o produto importado estaria em condições de oferecer lá. É o que se depreende da memória de Monlevade, no qual se registra com dificuldade maior, que se antepõe ao desenvolvimento siderúrgico de Minas a grande distância do litoral e a falta de vias de comunicação rápidas e seguras. Monlevade recomenda a criação de um estabelecimento, onde se ensinasse a metalurgia e a fabricação de ferro, a construção de estradas, bem como a elevação do tributo pago pelo ferro estrangeiro”(SINGER, 1968, p.207).

Portanto, como mostra também João Antônio de Paula em seu trabalho *“Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a Siderurgia e a Indústria Têxtil”* o problema do desenvolvimento da siderurgia mineira eram quatro: a) a questão do mercado, b) a questão técnica e da mão-de-obra, c) a questão dos transportes e d) a questão das tarifas e o papel do Estado (ver PAULA, J. A., 1983, p.25-30). Durante a década de 1930 estes problemas começavam a ser resolvidos. É claro que não foi possível resolver tudo de uma vez, mas era apenas um começo de um processo de transição que o país passava. A questão do problema do mercado foi em parte sanada pelo crescimento da economia paulista, em especial a indústria paulista (ver próxima seção) em maior parte e do mercado fluminense já constituído. A questão técnica e da mão-de-obra, também melhoraram muito por vários fatores: a vinda de imigrantes especializados e a fundação de escolas técnicas e outras instituições explicam em parte esta problemática.

Em se tratando dos transportes, um grande impulso ocorre durante as três primeiras décadas do século. Exemplificados no caso da integração do mercado mineiro com o fluminense e com o paulista principalmente via a ferrovia Central do Brasil e pela conclusão da Estrada de

Ferro Vitória Minas, que em 1930 alcança Desembargador Drummond, onde entronca com a Central do Brasil, ligando a Zona Metalúrgica com o porto de Vitória.

A última questão é explicada pelo fato de que após a crise de 1929 o papel do Estado transitava para a mudança. Não apenas tarifas maiores, mas também efeitos cambiais protegeram o mercado nacional de concorrentes externos, impulsionando assim o desenvolvimento interno. Assim em 1931 são fundadas duas novas usinas em Nova Lima, a Cia. Ferro Brasileiro S.A., com altos fornos em Gorceix e a Sociedade Anônima Metalúrgica Santo Antônio. Sobre a primeira sabemos que sua produção visava a indústria metalúrgica, produzia ferro gusa, tubos de ferro fundido centrifugados, de todos os tipos, conexões e peças fundidas de toda a espécie. Por estes produtos fica claro que a empresa passou a produzir produtos que antes eram importados para atender o mercado interno. Em 1943 ela se configurava como uma das maiores empresas siderúrgicas do país, atendendo tanto ao mercado brasileiro como ao mercado latino-americano:

“Atualmente a maioria dos serviços de águas e esgotos do Brasil está sendo estabelecida com tubos manufaturados pela Companhia Ferro Brasileiro. No primeiro semestre do presente ano as exportações de tubos para os mercados argentinos e chileno alcançaram 6000 toneladas”(O OBSERVADOR, 1943, p.136). Sobre a S.A. Metalúrgica Santo Antônio, organizada por Américo Gianetti, sabemos que “expandiu-se em sua produção, que passou a ser exportada para todo o país e mesmo para outros países da América. A sua fabricação de ferro gusa crescia sempre e avultava a sua transformação em peças fundidas, de uso indispensável em toda parte: nas indústrias, na lavoura, nos lares” (O OBSERVADOR, 1943, p.126).

Sua produção ainda visava atender não apenas Minas, mas também ao “mercado nacional”. Além dos produtos citados acima ela produzia arados “Brasil”, de diversos tipos; engenhos para cana “Brasil”, verticais e horizontais, e muitos outros produtos. Portanto estas industriais tinham como objetivo claro atender a demanda interna e externa latino americana devido ao processo de urbanização e industrialização do país e latino-americano. Em 1937 um novo surto de expansão siderúrgica mineira se concretizava. Era fundada em Belo Horizonte a Cia. Industrial de Ferro Sociedade Anônima e em Monlevade, no município de Rio Piracicaba, uma nova usina da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

A organização do complexo siderúrgico da Belgo era composta de 12 seções distintas: a mineração, altos fornos, fornos de aço, laminação, serviços de águas industriais, usinas elétricas, modelagem e fundição, oficinas, tração e serviços gerais, laboratório, construções diversas e serraria. Com esta usina a Belgo-Mineira respondia por 33% da produção nacional de ferro e iniciava-se a produção com o primeiro laminador de trilhos com o emprego de matérias primas nacionais. Além da produção de trilhos ela também era responsável por cerca de 59% da

produção total de aço em 1942, sendo a maior produtora do artigo no país. O resultado deste desenvolvimento e crescimento resultou nas seguintes condições:

“Minas Gerais teve uma produção, em 1940, de 169000 t de ferro gusa, ou aproximadamente 91% do total brasileiro de 186000 t. Minas também liderou a produção de ferro laminado (75000 t ou cerca de 55% do total nacional de 135000 t) e de aço (85000t ou 60%)... Na produção nacional de todas as formas de ferro e aço Minas Gerais ainda mantém grande vantagem com 65% do total de 1940, São Paulo produzindo 20% e o Estado do Rio 14%”(JOBIM, J., 1943, p.186 In: SINGER, 1968, p.247).

Indústria no Estado de São Paulo na década de 1930: concentração e diversificação do maior mercado nacional

A relação entre a situação externa e as políticas econômicas domésticas no período em especial marcado pela crise de 1929 e da Grande Depressão foi exaustivamente tratada na historiografia. Nesse período cessaram os fluxos de capitais externos para o país, principal fonte de financiamento do déficit do governo e, até então, na maioria dos casos, das políticas de proteção ao café. Além da crise externa, vários autores, dentre eles Abreu (1999), atentaram para a eminente crise interna do café, previsível em fins de 1928, dada a super safra prevista para 1929-30. Segundo Abreu, “[...] é difícil acreditar que mesmo que as condições financeiras internacionais não tivessem sofrido uma guinada desfavorável, a rápida acumulação de estoques de café não tivesse gerado uma relutância cada vez mais intensa dos credores a continuarem fornecendo recursos às autoridades envolvidas na defesa do café.”(Abreu, 1999, p.74-5).

A conjunção desses dois fatores levou a um terceiro, a questão das políticas econômicas realizadas nesse período, assim como a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder em outubro desse ano. O que interessa aqui é primeiramente relatar a posição de Furtado quanto à política de proteção do café implantada durante o governo Vargas (que necessariamente levou a um quarto fator relevante, o tempo e tipo de recuperação do Brasil frente à crise do café e à crise mundial e, conseqüentemente, segundo o autor, à ascensão da indústria como setor dinâmico).

Segundo Furtado (1995), a política de defesa do café, financiada por expansão de crédito implementada pelo Governo Federal a partir de 1931, foi responsável pelo menor impacto da crise e pela rápida recuperação da economia. Mediante a compra e queima do excedente de produção, houve manutenção da renda nominal e, portanto, da demanda interna do setor cafeeiro em níveis relativamente elevados. Entretanto, essa política de recursos de origem inflacionária agravou o desequilíbrio externo da economia, corrigido por forte depreciação da taxa de câmbio, provocando substancial aumento dos preços relativos das importações. Segundo o autor, essas mudanças, aliadas à existência de capacidade ociosa em algumas indústrias e de um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explicariam a rápida ascensão da produção industrial que passou a ser o fator principal no processo de criação de renda. A indústria, então, teria se encontrado na função de produzir para substituir. Segundo Furtado, esse cenário favoreceu o crescimento dos investimentos na indústria voltada para atender as necessidades domésticas.

Furtado sugere que o aumento da produção industrial foi possível, primeiro à maior utilização da capacidade produtiva existente (em parte ociosa no final dos anos 1920); em

seguida, à importação de máquinas usadas e, finalmente, à instalação de algumas fábricas de bens capital (favorecidas pela existência de demanda e pela desvalorização da moeda nacional).

Essa análise de Furtado é consistente com a tese exposta por Maria da Conceição Tavares em seu clássico artigo sobre a substituição de importações. Para ela, a grande crise de 1929 foi “[...] período em que as restrições do setor externo tiveram caráter ‘absoluto’, exigindo esforço de substituição bastante acentuado” (Tavares, 1972, p. 37), caracterizado pela substituição dos bens não-duráveis de consumo final. Já a industrialização por substituição de importações (ISI) é caracterizada por Tavares (1972) como um processo de desenvolvimento parcial e fechado que, respondendo às restrições do comércio exterior, repetiu aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos (Tavares, 1972, p. 37).

São Paulo, sendo o maior parque industrial, mais integrado e com muito mais interdependência que os demais estados, mostrou-se fortemente atingido em se tratando de sua indústria². Dois fatores podem ser considerados decisivos para a projeção do estado como a maior concentração industrial do país a partir dos anos 20 e principalmente após a depressão econômica de 1929-33. Primeiro, o grande influxo de imigrantes europeus incentivado por uma política de imigração e colonização, criando um ambiente propício ao aparecimento de uma variada classe empresarial³, além da composição de um maior número de operários qualificados e o desenvolvimento de um mercado local promissor – este que contou, também, com o adensamento populacional de origem migratória interna - com relação aos outros estados. Segundo, o rápido crescimento do potencial energético e rede de distribuição de energia para as cidades do interior. Esses fatores, em conjunto à abundância de matérias-primas de produção local, assim como as facilidades de transportes (fruto da expansão cafeeira) e a disponibilidade de capitais em busca de aplicação na indústria⁴, contribuíram para a consolidação do estado São Paulo como maior parque industrial do país (Suzigan, 1971).

O artigo de Suzigan (1971) contribui de forma significativa para a questão do processo de industrialização em São Paulo de 1930 a 1945, como visto acima durante a explanação da projeção do estado como pólo industrial a partir dos anos 1920 e principalmente após a depressão econômica de 1929-33.

Quanto a questão dos efeitos decorrentes da depressão, Suzigan (1971), apresenta resultados que demonstram impactos negativos a partir de fins de 1929, com a redução de fábricas em 22,2% em 1930 com relação a 1928, assim como o número de operários, menos 20%

² Negri (1996).

³ Os dados do Serviço de Imigração e Colonização demonstram que, na década de 1920 a 1930, o fluxo imigratório retoma o impulso interrompido pela guerra. (Anuário estatístico do Brasil, 1939-40. p. 1307-8).

⁴ Entre 1932 e 1937, o capital aplicado nas principais indústrias paulistas cresceu 118% (Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1932, 1937).

no mesmo período, a produção real da indústria de transformação em 12%, “[...] ao passo que a produção em termos nominais decresceu cerca de 16%, o que indica, portanto, ter havido queda no nível absoluto dos preços dos produtos industrializados” (Suzigan, 1971, p.95). Segundo o autor, os gêneros da indústria que mais foram afetados pela depressão foram os da têxtil, queda de 30% em dois anos, seguido pelos setores de vestuário e calçados, química e farmacêutica, metalúrgica, bebidas, mobiliário e minerais não-metálicos. Enquanto as indústrias de produtos alimentares e papel e papelão pareceram não ter sentido os efeitos depressivos da crise, tendo inclusive aumentado a produção durante o período 1928-32.

Apesar das medidas tomadas pelo governo, os gêneros industriais que ocupavam em conjunto 56% do número de operários e geravam quase a metade do total do valor adicionado da indústria em 1928 (têxtil e calçados), continuaram em crise segundo Suzigan, (1971).

Em 1929-30, mesmo sob o efeito da drástica redução nas importações de tecidos (somada a este fator a retração do comércio mundial conseqüente da depressão), “[...] a indústria têxtil em São Paulo teve sua produção diminuída aos níveis de 15 anos antes (1915-16), tendo se reduzido 43,4% em relação ao pico registrado no ano de 1926.” (Suzigan, 1971, p. 97).

As medidas então, tomadas no período crítico iniciam-se com a redução das horas de trabalho por dia, seguida do corte de dias de trabalho por semana (de seis para três) e, por final, a redução do número de teares em operação.⁵

Somente após 1931, o autor afirma ter existido uma inversão de tendências para a produção industrial paulista, primeiro devido às dificuldades impostas às importações e segundo a situação privilegiada de alguns setores da indústria, principalmente a têxtil, “[...] pela proibição de importação de novos equipamentos a partir de março de 1931⁶, impossibilitando, assim, a concorrência de novas fábricas com instalações mais modernas.” (Suzigan, 1971, p.97).

Seus resultados mostram que apesar da recuperação a partir de 1931, a indústria paulista ainda apresentava sua produção em níveis menores do que os verificados em 1928, tendo em particular, o setor têxtil, elevado sua produção em 25% em 1931 e 7,8% em 1932, sem ter, contudo, retomado os níveis pré-depressão. “Dessa maneira, a indústria têxtil paulista apresentava-se em 1932, com um menor número de operários do que aquele verificado em 1928 (menos 14%), sendo que os ramos que mais diminuíram o número de operários foram os de tecidos de algodão e tecidos de malha. É interessante notar ainda, a característica *labor intensive* da indústria têxtil de São Paulo, na época: menos de um HP por operário em 1928.” (Suzigan, 1971, p.97).

⁵ Stein, 1979.

⁶ Decreto n.º 19.739, de 07-03-1931, posteriormente prorrogado até 1937 proibia a importação de equipamentos para as indústrias consideradas em superprodução.

Fishlow (1972) afirma que pós-1932 a recuperação do setor externo estava limitada e, portanto, a demanda interna foi o fator que impulsionou o crescimento dos anos 1930, devido a um isolamento do setor interno, sendo a eliminação das fontes externas de oferta responsável por um terço do crescimento interno.

Segundo o autor, a substituição das importações de cimento e aço laminado foi um fator muito mais decisivo para a indústria do que dos produtos têxteis. Generalizadamente, as indústrias que cresceram mais rapidamente durante o período da Grande Depressão no Brasil foram dos setores de bens intermediários e bens de capital, tendo o setor metalúrgico, de minerais não metálicos e de papel um crescimento de maior velocidade do que a indústria como um todo.

De 1933 em diante, Suzigan (1971) afirma que a industrialização toma novo impulso, este caracterizado principalmente nos setores não tradicionais, com o estabelecimento de novas indústrias destinadas à produção de matérias-primas básicas (cimento e aço principalmente) e a indústria de máquinas e equipamentos, ou seja, no Estado de São Paulo, o desenvolvimento setorial caracterizou-se de forma diferenciada.

Alguns setores industriais vieram a desenvolver-se através da modernização e expansão da capacidade produtiva (cimento, produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos e energia elétrica), enquanto outros, principalmente o têxtil, aumentaram sua produção através da utilização intensiva do equipamento existente, “[...] sem a preocupação quanto à necessidade de renovação e modernização, que a intensa utilização tornava ainda mais premente.” (Suzigan, 1971, p. 99).

A diversificação da estrutura setorial de produção da indústria paulista durante a década de 1930 é, portanto, eminente e responsável pela elevada taxa de crescimento anual desta (1933-39) como um todo em 14%, deixando “[...] evidente sua importância como atrativo a novos empreendimentos industriais, pelas economias externas que oferecia.” (Suzigan, 1971, p. 100).

Ainda que os setores tradicionais, em conjunto, representassem parte mais significativa da indústria, foram as que menos se desenvolveram. Através do cálculo de índices setoriais de crescimento real da produção para o período, de 1933 a 1939 Suzigan (1971) atribui ao setor têxtil um crescimento de 6,5% ao ano e para o setor metalúrgico o incremento equivalente à taxa de 24% ao ano.

Para Fishlow (1972), os anos 1930 presenciaram, não somente um rápido crescimento da produção industrial, mas, a expansão obtida fora fruto não exclusivamente de um maior emprego dos fatores variáveis de produção (trabalho), existindo, então, uma significativa acumulação de

capital e/ou mudança tecnológica, implícitos nos novos setores de substituição de importações, e também no setor industrial como um todo.

Assim, o processo de substituição de importações durante a Grande Depressão se diferencia da ocorrida no período da Primeira Guerra Mundial, dado o impulso a maior e mais sofisticada estrutura produtiva.

O rápido crescimento da indústria paulista após 1932, criando o maior mercado nacional do setor haveria de ter problemas se não fosse a indústria siderúrgica mineira e a matéria prima (principalmente o ferro gusa e o aço) fornecida por estas às indústrias paulistas tanto metalúrgicas como de bens de capital (máquinas e equipamentos, reparos em ferrovias, transportes, energia elétrica) e mesmo para algumas indústrias de bens de consumo. O deputado paulista Cincinato Braga em seu trabalho *Magnos Problemas Econômicos de São Paulo* bem o mostra: “No estudo dos atuais e magnos problemas econômicos de São Paulo impõe-se um golpe de vista perfunctorio sobre o mais grandioso de todos eles: o da metalurgia de ferro” (BRAGA, C., p.237). Enfatizando a escassez de minério de ferro em território paulista mostra a solução:

“Nossas abelhas têm de alçar o vôo em busca desse imprescindível mel, - o minério de ferro - que nosso organismo econômico terá de assimilar, para secretar em seguida a preciosa e indispensável cera, que serão os artefatos de ferro e aço. Os aristocráticos jardins, que nol-o poderão suprir, estão ali, bem próximos: - é pedirmos licença à rainha de nossas montanhas, à ditosa Minas Gerais, para que de seus poéticos campos de fuchsias e rhododendros, das majestosas e alcantiladas escarpas do opulento Massiço Central de Ouro Preto, possamos trazer, nas azas de bamfezeja eletricidade, o mirifico elixir de resistência para a civilização que todos os brasileiros queremos consolidar, grandiosa, em torno de simbólica e sagrada colina do Ipiranga”(BRAGA, C., p.243).

É assim que se dá o desenvolvimento industrial de São Paulo, beneficiando-se e beneficiando o estado mineiro com a ampliação pela demanda de suas indústrias siderúrgicas. Assim,

“[...] iluminam a cena em que se dá a constituição da siderurgia e metalurgia no Brasil: em Minas, onde se localiza a matéria-prima, dá-se a primeira transformação do minério em ferro gusa, que é escoado por via marítima ou pela Central do Brasil para o Rio onde se dá a transformação do ferro gusa em aço e laminados, que por sua vez são transformados em produtos finais em São Paulo e na Guanabara.” (SINGER, 1968, p.247).

Sociedade Anônima Comércio e Indústria “Souza Noschese”: evidência empírica de integração São Paulo-Minas Gerais

A empresa “Souza Noschese”, fundada em 1920 na cidade de São Paulo, operou durante a década de 1930 na produção de artigos de ferro esmaltado para uso doméstico. A firma teve um bom desempenho e mesmo nos momentos de crise não chegou a apresentar prejuízos. Nos anos em que os lucros foram reduzidos, investimentos em andamento permaneceram paralisados, por prudência, segundo consta em relatórios, assim como não ocorreu a distribuição de dividendos.

Já em 1928, os relatórios apresentavam a insatisfação com atual realidade da indústria:

“[...] foram ainda muito reduzidos os lucros que alcançamos nesse ano. Várias circunstâncias concorreram para tal. Entre elas sobretudo, a de perdurar ainda a crise que desde 1925 vem atravessando o comércio e as indústrias. Temos trabalhado incansavelmente para adaptar nossas indústrias a este novo estado de coisas, cuja duração não se pode prever. Não foi possível ainda iniciar os trabalhos de nossa Usina, em Brumadinho, tendo mesmo, como medida de prudência, sido suspensos todos os trabalhos de instalação que vínhamos executando. Esperamos que os novos artigos que estamos agora fabricando, todos eles de grande aceitação, possamos, nos anos vindouros auferir melhores lucros na nossa indústria.” (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 27 de Março de 1929).

O relato acima mostra a atuação da empresa com uma usina em Brumadinho, Município de MG, onde havia uma linha ferroviária, *Linha do Paraopeba*, construída em bitola larga, provavelmente utilizada para aliviar o tráfego de trens entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte que até sua abertura tinha de passar pela zona de mineração da Linha do Centro, até General Carneiro, onde saía a linha para capital mineira. A linha do Paraopeba, saindo de Joaquim Murinho, foi aberta até a estação de João Ribeiro em 1914 e até Belo Horizonte em 1917. Com isso se estabelecia a ligação direta sem baldeações entre o Rio e Belo Horizonte.

A indústria Souza Noschese participava, portanto, da atividade extrativa, utilizada como fonte de matéria-prima na produção própria, assim como possuía pontos de comercialização de produtos acabados em diferentes estados do Brasil.

Deste modo, a atuação da empresa em mais de um processo produtivo, e de forma abrangente é característico da empresa com o tipo de verticalização ou integração vertical. Controla desde extração e transformação de matérias-primas até a manufatura e venda final do produto.

Mesmo no período mais crítico da década de 1930, relatos da empresa mostram:

“Não obstante as causas, por demais notórias para serem aqui lembradas, que, determinaram a paralisação quase completa em todos os ramos de atividade, acarretando uma profunda depressão, de negócios,

o ano findo foi, como podereis ver pelo nosso balanço, muito propício, pois, tendo-nos permitido dispor de grande parte de nossos estoques, vem consolidar, definitivamente, nossa posição econômica.

Com relação aos investimentos, o ativo imobilizado da empresa era composto por imóveis, máquinas e acessórios e móveis e utensílios, assim como os estoques de matéria-prima, produtos em fabricação e acabados. As agências comerciais apresentavam valores correspondentes a um estoque de produtos acabados e móveis e utensílios, o que leva a crer que o processo produtivo concentrava-se principalmente em São Paulo, e as diferentes localidades funcionavam como meios de extração/laminação (Minas Gerais) e distribuição. Acerca desta colocação, segue parcialmente o relato referente a 1929:

“Como vereis pelo próprio balanço, comparando-o com o do ano de 1928, continuam paralisadas as obras da Usina de Brumadinho e os estudos da Jazida S. Cristóvão. Aguardamos melhor oportunidade para prosseguir na execução daquelas obras e para terminar os estudos iniciados, que estavam sendo promissores. A filial de Santos, instalada em princípios do ano, apesar da situação anormal que atravessa aquela praça tem dado resultados que fazem esperar que corresponderá perfeitamente a nossa expectativa.” (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 27 de Março de 1930).

A queda do valor do ativo imobilizado ao longo do tempo demonstra a influência negativa das paralisações em novos investimentos, assim como a depreciação de 10% ao ano sobre seu valor⁷.

Em 1931, apesar do desenvolvimento dos negócios,

“[...] continuam suspensos os trabalhos que iniciáramos na Usina “Souza Noschese”. Não é, por certo, ainda oportuno desviarem capitais de nossa indústria, para invertê-los em empreendimentos que não são prontamente remuneráveis.” (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 14 de Fevereiro de 1932).

No entanto, a partir de 1933, o acúmulo de reservas, fruto da recuperação iniciada a partir de 1931 dos negócios da empresa permitem que os investimentos sejam retomados, não somente como forma de expansão, mas como nota-se através do relatório a seguir, a necessidade de reforma de antigas instalações.

“As necessidades de nossa indústria, de par com o estado pouco satisfatório em que se encontrava a parte antiga do prédio de nossa fábrica, impunham-nos a urgência da construção de novas instalações e a reforma das antigas.” (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 20 de Fevereiro de 1934).

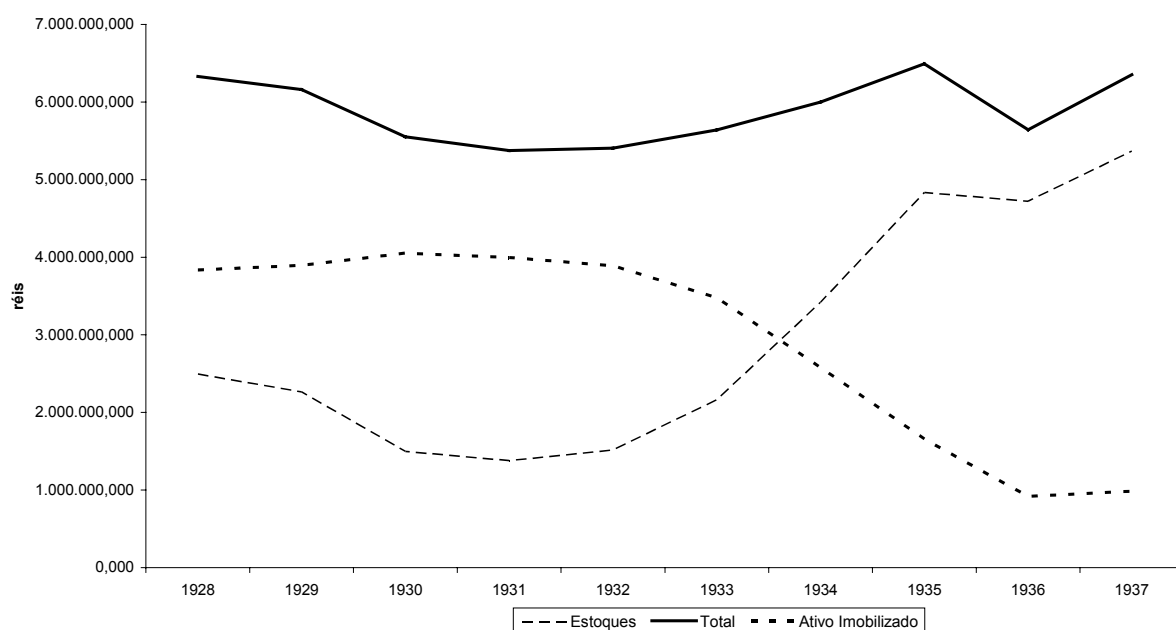
No gráfico seguinte é possível avaliar as variações de cada conjunto, ativo imobilizado e estoques⁸, tendo como base de comparação o comportamento total. A queda dos estoques até 1931 trata-se à utilização de produtos em estoque nas vendas. A queda final do ativo imobilizado

⁷ Ver BELANGA, T.P.C., (2006).

refere-se, no entanto a paralisação dos investimentos aliado a depreciação que corroía o valor dos ativos já existentes.

A queda inicial do valor dos estoques relaciona-se com a temporalidade em que a crise dos anos 1930 afeta diretamente a atividade extrativa. Dado que para atender um mercado inserido no contexto de recessão, os estoques armazenados pareciam suficientes para atender a demanda persistente, e a não inversão de capitais acumulados da empresa em novos empreendimentos, atividades extrativas, que, prontamente acarretariam em acumulação do total de estoques.

Gráfico I. Fontes de crescimento – ativo imobilizado e estoques



Fontes: Balanços contábeis da Sociedade Anônima Comércio e Indústria “Souza Noschese” (1928-37) – *Diário Oficial do Estado de São Paulo* 1929-38.

Nota: Valores em réis = valores correntes.

O acréscimo de estoques parece estar relacionado a aumentos da demanda dos produtos da empresa. Retomando, a partir de 1931 uma trajetória ascendente, que conjuga-se ao período em que a indústria paulista, na sua totalidade, mostra os primeiros sinais de recuperação.

“Notareis sensível aumento em nossos estoques, aumento a que fomos levados também por essa necessidade de corresponder a grande procura que vem tendo nossos produtos.” (*Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 28 de Fevereiro de 1935).

Para concluir, a análise dos balanços da Sociedade Anônima “Souza Noschese”, onde se encontram os relatos e dados utilizados para a realização deste artigo, indústria de produtos de

⁸ Ativo Imobilizado = Imóveis, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios. Estoques = Matéria-prima, Artefatos em fabricação e artefatos manufaturados.

ferro esmaltado, mostra-se profícua. Permite a identificação de algumas características que mostram a velocidade da diversificação e crescimento do setor metalúrgico no parque industrial paulista da época.

Primeiro cabe ressaltar a própria diversificação produtiva interna da firma, atuando não somente na produção, como na atividade de extração e comercialização, ultrapassando a barreira do Estado de São Paulo. Segundo, a preocupação eminente quanto à capacidade de realização de novos investimentos *pari passu* ao objetivo de tornar a indústria mais lucrativa.

Considerações finais

As evidências apresentadas por este artigo permitem qualificar a relação entre a indústria mineira e paulista na década de 1930. As especificidades de cada região foram apresentadas de maneira separada, assim como a questão que permeia o trabalho apresentada: o uso do termo “imperialismo” para caracterizar as relações estabelecidas entre os dois estados na época. É possível que devido ao desenvolvimento econômico paulista algumas regiões e alguns setores tenham sido prejudicados pela concorrência paulista, já na década de 1930 maior parque industrial e também maior mercado nacional. Mas esta concentração que se configura na década de 1930 resultou na integração da indústria paulista com as indústrias de base da cadeia produtiva mineira, de necessidade indispensável para o desenvolvimento da indústria paulista. Esta integração na década de 1930 acabou por impulsionar a indústria mineira, como visto anteriormente à um crescimento até maior do que o paulista.

A integração entre as duas regiões empiricamente comprovada pela atividade verificada da Sociedade Anônima Indústria e Comércio “Souza Noschese” aparece como destaque, mostrando que a concentração e crescimento acelerado industrial paulista na década de 1930, não somente se deve às particularidades dos determinantes do processo de industrialização neste estado. A indústria siderúrgica mineira integrada foi uma das principais fontes de fomentação dos setores industriais paulistas “não tradicionais”, ou seja, os verdadeiros motores do ponto de inversão que vem a caracterizar o crescimento industrial paulista e brasileiro, baseado em setores de Metalurgia, Siderurgia, Mecânica e Bens de Capitais, com maior intensidade a partir da década de 1930.

Bibliografia

Fontes Primárias

ARQUIVO – *O Estado de São Paulo*, 30 de Novembro de 1928.

DEIC/SAIC/SP. *Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928-1937*.

FIBGE. *Estatística histórica do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*, 2ª ed. rev. e atual. Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

RIO DE JANEIRO, TIPOGRAFIA DE ESTATÍSTICA, 1927. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil Realizado em 1º de Setembro de 1920*. Volume V (1ª Parte) – Indústria.

O OBERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO “*Itabira Iron Ore*”, n. XVII, 1937.

_____ “*A Companhia Vale do Rio Doce*”, n. XCIII, 1943

_____ “*A Iniciativa privada na Siderurgia*”, n. XCIII, 1943.

Fontes Secundárias

ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BELANGA, Tatiana P.C. *Desempenho industrial e financiamento na grande depressão: empresas têxteis e metalúrgicas em São Paulo, 1928-37*. Dissertação de Mestrado, SP, UNESP. FCL., 2006.

BRAGA, CINCINATO. *Magnos Problemas Econômicos de São Paulo*. “*O Estado de São Paulo*”, 1921.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas, SP, UNICAMP. IE, 1998.

_____. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*, 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Bertrand Brasil, 1991.

DINIZ, Clélio Campolina. “A Industrialização Mineira após 1930”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, vol. 2, nº. 6, dezembro/1972.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1995.

GIANETTI, Américo René. “A grande indústria siderúrgica no Brasil”. *Revista Brasileira de Engenharia*, (16-17), jan./fev., 1940.

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1996.

PAULA, João Antônio. *Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a Siderurgia e a Indústria Têxtil*. II Seminário sobre a Economia Mineira: Diamantina, Anais.- Belo Horizonte: CEDEPLAR FACE/UFMG, 1983.

ROCHEFORT, Michel. *Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo: Hucitec, 1998.

SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República, *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.3, nº7, p.20-39, set/dez. 1989.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeteira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo, Hucitec, 2000.

_____. A industrialização de São Paulo: 1930-1945, *Revista Brasileira de Economia*, vol. 25, nº. 3, julho-setembro/71.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VERSIANI, R. F. & VERSIANI, M. T. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição. *Estudos Econômicos*, vol. 5 nº. 1, 1975.